

PORTUGAL E OS EUA
NAS DUAS GUERRAS MUNDIAIS:
A PROCURA DO PLANO BI-LATERAL

José Medeiros Ferreira

Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia
Edições Culturais da Marinha
LISBOA

O Autor

José Medeiros Ferreira, Doutor em História Institucional e Política, é deputado à Assembleia da República e professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova. Foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Ministro dos Negócios Estrangeiros. É membro do Conselho Superior de Defesa Nacional e do Centro de Estudos Estratégicos do Instituto de Altos Estudos Militares. Publicou diversas obras e vem publicando com regularidade os seus ensaios e artigos em revistas e na imprensa.

O Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE) foi criado pelo Despacho n.º 43/99 de 1 de Julho, na directa dependência do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, competindo-lhe promover e desenvolver estudos na área da Estratégia e do Poder Naval, quer a nível nacional quer a nível internacional. Compete-lhe ainda propor a publicação e divulgação de trabalhos sobre aquelas matérias. Para esse efeito, os trabalhos serão publicados nos *Cadernos Navais*, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

TÍTULO:

Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais:
A Procura do Plano Bi-Lateral

COLECÇÃO:

Cadernos Navais

NÚMERO/ANO:

9/Mar.-Jun. 2003

EDIÇÃO:

Comissão Cultural da Marinha
Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE)

ISBN 972-8004-67-2

Depósito Legal n.º 183 119/02

Tiragem: 600 exemplares

EXECUÇÃO GRÁFICA:

ACMA – Artes Gráficas, Unip. Lda

**PORTUGAL E OS EUA NAS DUAS GUERRAS MUNDIAIS:
A PROCURA DO PLANO BI-LATERAL ***

I – INTRODUÇÃO

É difícil tratar este tema das relações entre Portugal e EUA nas duas Guerras Mundiais sem ter em conta o encontro desses dois países enquanto potências neutras nos meados do século XIX, quando se proclamava por lei a condição dos Estados perante as guerras e os beligerantes, e também sem ter em conta o propósito natural, mas várias vezes adiado, da procura de uma aliança bi-lateral.

Com efeito, o estatuto das potências neutras ocupara sucessivas conferências internacionais desde a de Paris em 1856. Desenvolve-se sobremaneira o catálogo de direitos e deveres das potências neutras, nomeadamente nos aspectos relacionados com o direito internacional marítimo que interessava especialmente aos EUA na altura. Mas que servirá ao Estado português nas Guerras em que foi neutral no século XIX e até nas que se limitou a ser não beligerante.

O governo português declarou a sua neutralidade na guerra de Cuba entre norte-americanos e espanhóis através de um decreto publicado no *Diário do Governo* a 29 de Abril de 1898.

Esse decreto composto por seis artigos regulamenta o uso dos portos nacionais pelos navios dos países beligerantes.

* Trabalho apresentado na Conferência Internacional — Portugal, A Europa e os EUA — IPRI e FLAD, 2 e 3 de Outubro de 2003

Transcrevemos os pontos 1, 2 e 3 do artigo 3.º do referido decreto:

f1. As embarcações de guerra de qualquer das potências beligerantes não praticarão dentro dos portos e águas de Portugal, acto algum de hostilidade contra as embarcações ou nacionais de qualquer outra potência, mesmo daquela com a qual esteja em guerra...

f2. Nos mesmos portos e águas as referidas embarcações não poderão aumentar a sua tripulação, alistando marinheiros súbditos de qualquer nação, ainda mesmo daquela a que pertencerem as embarcações;

f3. É igualmente proibido às mesmas embarcações aumentar nos mencionados portos e águas o número, ou calibre do seu armamento e receber a bordo armas portáteis ou munições de guerra”.

A estas estreitas obrigações seguia-se um artigo, o 4.º, sobre o direito “ao comércio lícito da potência declarada como neutral”, uma velha reivindicação da diplomacia dos EUA sobretudo no respeitante ao comércio marítimo que teve vencimento na Conferência de Paris de 1856 que terminou com a Guerra da Crimeia e que Portugal utilizou abundantemente durante os conflitos em que foi neutral quer no século XIX quer no século XX.

Este desenvolvimento do direito internacional animado pelo EUA correspondia também aos interesses portugueses como vimos.

A procura de uma aliança bi-lateral entre Portugal e os EUA esteve presente em vários momentos da história dos dois Estados mas nunca se efectivou em pleno. Desde os republicanos portugueses que olhavam para Washington com particular esperança desde 1890 (ver o discurso de Manuel de Arriaga na Câmara dos Deputados em Junho de 1890), até à Conferência de Paz em Paris em 1919 ou ao fim da II Guerra Mundial, sempre esse plano bi-lateral se revelou intermitente.

Embora o século XX tenha começado bem para esse efeito com a proclamação da República em Portugal em 1910.

Na história dos regimes políticos em Portugal no século xx a questão do reconhecimento internacional da I República atingiu uma importância externa e interna sem paralelo com qualquer outra ocorrência do género. E a questão do reconhecimento permitiu aos EUA uma aproximação singular ao Estado português.

Com efeito, naquela altura a maior parte das potências (com excepção das repúblicas sul-americanas do Brasil e da Argentina) aguardava a atitude de Londres antes de tomar qualquer medida em relação aos assuntos portugueses. A própria República Francesa por exemplo. Ora, o governo dos EUA irá notabilizar-se nessa questão pela sua atitude independente face a Londres nas questões relacionadas com o estatuto internacional do Estado português, contrariamente à maioria dos Estados europeus.

Mal a Assembleia Constituinte proclama o regime republicano, em 19 de Junho de 1911, logo a legação norte-americana reconhece o novo regime como já constava da instrução dada pelo secretário de Estado a 7 desse mesmo mês:

“The Government of the United States of América desires to recognize the Republic of Portugal so soon as it may be officially proclaimed by the Constituent Assembly without waiting the choice of a President or the form of constitution to be adopted”¹.

Ora Londres colocava como condição para o reconhecimento não só a aprovação da Constituição como a eleição do próprio Presidente da República.

O facto foi devidamente assinalado na Constituinte onde, na sessão de 4 de Julho, o deputado João de Freitas propôs uma saudação ao povo norte-americano “sem que haja nesta proposta o mínimo desprimor para com a Inglaterra”...

¹ In *Foreign Relations of the United States 1911*. Washington, Government Printing Office, 1918, p. 691.

E a 3 de Agosto de 1911 o ministro americano Edwin V. Morgan apresentava as suas credenciais ao Presidente da República Portuguesa. Na reportagem feita pelo jornal *O Século* pode ler-se que o representante dos EUA referiu no seu discurso a Teófilo de Braga “a semelhança das instituições entre os dois países”².

Temos assim duas singularidades no processo de reconhecimento do novo regime político em Portugal por parte do Governo dos EUA: a utilização de critérios e de calendários independentes dos erigidos pelo Foreign Office e a explicitação de uma simpatia pela forma republicana do regime, uma raridade europeia nesse início do século.

Um estudioso português chega mesmo a realçar que:

“Uma atitude do Governo americano quanto ao reconhecimento do Governo provisório da República Portuguesa constitui, na verdade, um desvio da tradicional doutrina sobre o reconhecimento mantido pelos Estados Unidos e fixada na famosa mensagem de Monroe de 3 de Dezembro de 1822...”³

II – DA GUERRA MARÍTIMA AO PODER AÉREO

O século xx abria assim uma via muito particular nas relações entre os EUA e Portugal, com a diplomacia daquele país a manifestar-se com independência na política europeia, sem aceitar “zonas de influência” nem situações de protectorado.

Essa tendência manifestada em 1911 seria reafirmada no ano de 1917, em plena Primeira Guerra Mundial. O ponto de encontro bilateral entre Portugal e os EUA seria os Açores.

A chegada à ilha de S. Miguel de cinco “destroyers” norte-americanos em 25 de Julho de 1917, após o porto de Ponta Delgada ter sido bombardeado a 4 daquele mês por um submarino alemão, veio revolu-

² Jornal *O Século*, edição de 4 de Agosto de 1911.

³ José Calvet de Magalhães, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1991, p. 327

cionar os termos das relações anglo-americanas no patrulhamento daquela zona do Atlântico. A garantia da liberdade de navegação primeiro, e, depois, a política de empenhamento militar no teatro europeu por parte dos EUA fizeram dos Açores um ponto de encontro entre portugueses e norte-americanos durante a Primeira Guerra Mundial. Durante a Primeira Guerra Mundial porém, será o Estado português a pretender evitar o relacionamento directo e bilateral em matéria militar. Como se estava numa "guerra de alianças", o governo de Lisboa só concederá facilidades à "potência associada" que eram os EUA depois de ter introduzido a presença do aliado britânico na decisão.

A partir de então assiste-se ao estabelecimento de um triângulo diplomático entre Lisboa, Londres e Washington que servirá de base para as futuras negociações sobre o uso de facilidades naquele arquipélago quer na Primeira Guerra Mundial como na Segunda Guerra Mundial.

Com efeito, a 24 de Agosto de 1917 o Ministro dos Estrangeiros português envia para Londres um telegrama em que faz saber que o cônsul dos EUA em Ponta Delgada comunicou às autoridades o desejo das forças navais daquele país procederem ao estabelecimento de defesas de costa para protegerem os navios surtos naquele porto. Ora, rezava o telegrama **"Defesa águas e costa portuguesa por forças americanas e acção preponderante desta nos Açores é assunto altamente melindroso que interessa não só política interna e externa de Portugal mas também forçosamente Inglaterra"**, pelo que indagava do Foreign Office **"...se marinha americana tem a desempenhar de acordo com aliado defesa no Atlântico governo português deseja ser informado alcance dessa missão para responder ao governo americano"**.

Em 5 de Outubro o Foreign Office responde ao representante português Teixeira Gomes que o governo inglês está circunstancialmente impedido de prover à defesa dos Açores e julga assim que o governo português fará bem em aceitar o oferecimento americano para fornecer peças e outro material necessário na defesa das ilhas. Perante essa posição britânica o governo português responde positivamente à

nota do Ministro dos EUA em Lisboa, coronel Thomas N. Birch, datada de 30 de Outubro de 1917, na qual os EUA pediam o estabelecimento de uma base naval em Ponta Delgada e a extensão de certas facilidades a conceder nos Açores.

Na sua nota de 8 de Novembro de 1917 entregue ao diplomata norte-americano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Soares, declara no parágrafo mais relevante:

“Aguardo as comunicações ulteriores de V.E. sobre a forma de levar a efeito o alvitre do governo americano ao qual o governo português dá desde já a sua aquiescência em princípio, concordando com o estabelecimento nos Açores de uma base naval, para ser utilizada durante a presente guerra pela Armada dos Estados Unidos.”

E logo a 17 do mesmo mês o ministro norte-americano em Lisboa pede autorização para o desembarque em Ponta Delgada do Almirante Dunn, de três oficiais e de cinquenta marinheiros.

Além da Base Naval as “facilidades” pedidas destinavam-se a isentar de direitos alfandegários os materiais “exclusivamente utilizados para objectivos navais e a conceder à marinha americana pela duração da guerra, tais facilidades em terra e tais privilégios marítimos, que a campanha contra os submarinos fosse o mais possível eficiente.”

Assinale-se ainda que em 18 de Novembro é apresentado um pedido pelo ministro americano em Lisboa para se estabelecer uma companhia de aviação nos Açores composta de noventa marinheiros. O governo português assentiu a 21 do mesmo mês.

Em 30 de Novembro pergunta o ministro americano se o governo português estaria disposto a dar ordens às autoridades dos Açores para cooperarem nas operações defensivas com as forças sob comando do Almirante Dunn. Respondeu-se afirmativamente ⁴.

⁴ A.M.N.E, *Lisboa, Açores – Base naval Americana*. 3.º P – A 8 - M. 40, para todas as citações.

A marinha dos EUA atingia assim um dos seus objectivos elaborados pelo menos desde o Verão de 1917 ⁵.

Como já tive ocasião de escrever “Quer durante a neutralidade portuguesa quer após a entrada na guerra em 1916 e a manutenção da neutralidade americana ou depois da declaração de guerra da nação americana... os Açores foram sempre considerados importantes para ajudar a manter a liberdade de navegação. Essa mesma liberdade dos mares que o presidente Wilson estabeleceu como objectivo principal num dos seus catorze pontos.

O início da concessão de facilidades nos Açores aos EUA durante a Primeira Guerra Mundial demonstra também não ter sido original a tática de Salazar ao recorrer a Londres durante a Segunda Guerra para gerir diplomaticamente as respostas a dar às pretensões americanas”⁶.

Deste modo Portugal e os Estados Unidos encontram-se a sós pelo menos duas vezes nesse início do século: em 1911 por altura do reconhecimento da Primeira República e durante a Primeira Guerra Mundial, quer quando eram neutros os dois países (e não podemos deixar de sublinhar terem sido os EUA quem mais lutou pelos direitos internacionais dos países neutrais quando isso mais convinha a Portugal entre 1914 e 1916) quer quando ambos estavam em guerra contra os impérios centrais, através das facilidades e da Base Naval nos Açores.

Essa dimensão distinta das relações directas entre os dois países não teve, surpreendentemente, qualquer seguimento na altura da Conferência de Paz e da organização da Sociedade internacional após o fim da Primeira Guerra Mundial. É uma questão que merece um estudo histórico para se tentar compreender o porquê dessa falta de continuidade nos contactos diplomáticos bilaterais.

⁵ Washington, N.A., Military Branch, *Antisubmarine measures in the Azores*, Office of Naval Intelligence, August, 1917

⁶ Ver José Medeiros Ferreira, “Revisão Histórica da Participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial – A Dimensão Ibérico-Insular”, Angra do Heroísmo, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLIII, Tomo II, 1985, pp. 6-8.

Como já foi sublinhado:

“...uma das questões mais estranhas da participação portuguesa na Conferência de Paz, é a ausência de contactos assíduos com a diplomacia norte-americana”⁷.

Essa ausência de contactos assíduos teve por resultado uma maior e nova dependência portuguesa em relação aos bons ofícios ingleses, e isolou Portugal numa das questões que mais lhe interessava na Conferência de Paz, ou seja, a sua candidatura a membro do Conselho Executivo da Sociedade das Nações. Foi com o apoio dos EUA que a Espanha entrou nesse Conselho Executivo como representante dos países neutrais.

Porém, independentemente da mais ou menos rápida inteligência das novas situações por parte dos actores de cada país, o que sobreleva como dado fundamental destes episódios é a tendência para Portugal e os E.U. se encontrarem directamente nas questões atlânticas, embora sem as devidas consequências bilaterais.

Em resumo, as “facilidades” oferecidas nos Açores no período da I Guerra Mundial foram:

- Fornecer dados meteorológicos para a Inglaterra e para os EUA, sonogando essas informações aos alemães;
- Fornecer carvão e abastecimentos, assim como outros combustíveis, e reparar pequenas avarias nos navios aliados;
- Ceder aos Ingleses o controlo dos cabos submarinos alemães que amarravam na Horta desde o princípio do século;
- Permitir aos Ingleses o estabelecimento de uma estação de telegrafia sem fios no lugar das Feteiras, em S. Miguel;

⁷ Idem, *Portugal na Conferência da Paz – Paris 1919*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, p. 84.

- Autorizar o estabelecimento de uma base naval norte-americana em Ponta Delgada, no segundo semestre de 1917, mudando a natureza do conceito de “facilidades” e permitindo assim uma maior segurança para os comboios marítimos-aliados que atravessavam o Atlântico.

São, pois, sobretudo os serviços de tipo logístico que caracterizam as actividades desenvolvidas no arquipélago antes da I Guerra Mundial e mesmo durante esta. Quer durante a neutralidade portuguesa, quer após a nossa entrada na guerra em 1916 e a manutenção da neutralidade americana, quer a partir da declaração de guerra da nação americana às potências centrais, os portos nacionais foram sempre considerados importantes para ajudar a manter a liberdade de navegação. Essa mesma liberdade dos mares que o presidente norte-americano Wilson estabeleceu como objectivo principal nos seus catorze pontos que iriam servir de base às discussões na Conferência de Paz.

Depois da I Guerra Mundial, a dinâmica insular portuguesa aparece reforçada junto de alguns responsáveis pela estratégia nacional.

Assim, o então comandante Botelho de Sousa, na sua qualidade de delegado à Conferência de Paz, afirma num *Memorandum sobre a Marinha de Guerra*, redigido em Fevereiro de 1919:

“A supremacia marítima aliada não dispensou Portugal — nem era de esperar que dispensasse — de contar com os seus recursos.”

Portugal aparece como um autêntico Estado Insular:

“A situação de Portugal assemelha-se... à de um Estado Insular, tomando uma importância absolutamente decisiva a liberdade e segurança das suas comunicações marítimas”.

A própria importância dos Açores no Atlântico não passou despercebida durante a própria Conferência da Paz que culminaria com o

Tratado de Versalhes e a criação da S.D.N. Deste modo encontramos nos arquivos do Quai d'Orsay dois documentos que serviram para a preparação de delegação francesa em que o destino dos Açores é referido.

Assim um ofício do ministro de França em Lisboa, Daeschner, datado de 11 de Dezembro de 1918, refere que a situação dos Açores poderá vir a interessar as grandes potências na Conferência de Paz. Embora, segundo ele, as doutrinas do presidente Wilson não permitissem imaginar que ele pretendesse manter nos Açores uma base Naval permanente, não seria impossível que os EUA aproveitassem as circunstâncias para lançar as bases para o futuro concessões ou privilégios nas ilhas, tais como o estabelecimento de depósito de carvão ou de estações de telegrafia sem fios.

Com base neste ofício a Direcção Geral Política e Comercial do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês elaborou uma nota para a sua delegação à Conferência de Paz em que se escreve textualmente:

“Le Gouvernement Americain qui a établi une base aux Azores pourrait vouloir y conserver un dépôt de charbon ou un poste T.S.F. La propagande americaine s'exerce activement au Portugal, tant par la presse que par de fournitures de vivres et de, pétrole.”⁸

No entanto, a rapidez com que os Norte-Americanos cumpriram o seu compromisso de retirarem as suas forças navais dos Açores demonstra que a política de Washington não pretendia manter a articulação atlântica sob controlo permanente após o fim da I Guerra Mundial. O presidente Wilson recusa até uma escala nos Açores no regresso da Conferência de Paz realizada em Paris, que lhe fora sugerida pelo almirante Dunn. Os Norte-Americanos abandonam a Base Naval de Ponta Delgada após o fim dos trabalhos da Conferência de Paris, em

⁸ M.A.E. Conference de la Paix, Série A – Travaux Préparatoires – Politique des Petites Nations Alliées.

Setembro de 1919. Mas já em Março o representante português em Washington havia transmitido essa intenção.

Entre as duas guerras, os Açores parecem dormir enquanto as potências se agitam noutros pontos do planeta. No Atlântico Norte a calma é geral.

No entretanto, progride a aviação, e o francês Castex, um homem da Marinha convertido à aeronáutica, é dos primeiros a compreender a importância dos Açores para os voos transatlânticos, tendo aterrado em 1936 em St. Maria. Curiosamente seria o almirante Castex o autor do conceito de "perturbador continental". Outros nomes sonantes da história da aviação demandam o porto da Horta em hidroavião: p.e. Lindberg e o marechal italiano Italo Balbo.

A Marinha havia descoberto a importância dos Açores. A Aviação iria explorar essa importância.

III – A II GUERRA MUNDIAL: O ATLÂNTICO SERVE A EUROPA

Com a chegada da II Guerra Mundial, os Açores vão ser encarados pelas potências marítimas de duas formas radicalmente diferentes: primeiro como fronteira entre o "perturbador continental" e essas potências marítimas, depois como zona de articulação entre as margens do Atlântico. Os Açores encarados como fronteira dão azo a exercícios de cenaristas de invasão pura e simples. Encarados como ponto de articulação dão origem a complexas operações diplomáticas com Lisboa. É a história, por demais conhecida, dos planos de invasão de 1941 ao desembarque negociador dos aliados a partir de Outubro de 1943.

Winston Churchill descreve nas suas memórias da II Guerra Mundial o avanço da zona de segurança dos EUA no Atlântico em 1941, era Washington ainda neutral, como forma de proteger os comboios marítimos em direcção da Grã-Bretanha. A linha de segurança começou nas Caraíbas e na Bermuda, expandiu-se depois para o norte da Terra Nova e Gronelândia até à Islândia onde os ingleses praticavam. Essas são as notícias transmitidas por Roosevelt a Churchill em Abril. E a 18 desse Roosevelt mês esclarece ao primeiro-ministro britânico qual a

linha de demarcação entre o Hemisfério oriental e Ocidental em termos de fronteira marítima dos EUA:

“It included within the US sphere all British territory in or near the American continent, Greenland, and the Azores, and was soon afterwards extended eastward to include Iceland. Under this declaration US warships would patrol the waters of the Western Hemisphere... [...]

The US however remained non-belligerent and could not at this stage provide direct protection for our convoys. This remained solely a British responsibility over the whole route.”⁹

Churchill refere assim nas suas “Memórias” que se havia fixado a fronteira do hemisfério ocidental por forma a incluir todo o arquipélago dos Açores.

O Oceano Atlântico parecia então mais importante do que o continente europeu.

Entre Ingleses e Americanos assiste-se então a uma troca de posições sobre o domínio do Atlântico Norte.

Segundo afirma o inglês Vintras no seu livro “História Secreta dos Açores”:

“Os Americanos foram os primeiros a apreciar a importância militar dos Açores como ponto de apoio e de escala para os seus bombardeiros e transportes aéreos por considerarem a necessidade de rotas alternativas para o Reino Unido durante os meses de Inverno. Estava-se então em 1941.”

Quais as causas dessa nova importância estratégica dos Açores. Vejamos o testemunho do mesmo Vintras:

“Nestas áreas, por onde passavam as nossas principais rotas de comboios, existiam zonas conhecidas pela designação

⁹ W. Churchill, *The Second World War*, Abridged Edition, Ed. By Pimlico, 2002, pp. 402-403.

de *air gaps* (hiatos aéreos) — áreas situadas fora do âmbito de protecção das esquadilhas do Comando Costeiro que, nessa altura, à excepção de uma esquadilha de *Liberators*, tinham apenas autonomia de voo até uma distância de 450 milhas das suas bases em terra.

Um desses hiatos aéreos localizava-se ao largo da Groenlândia e outro a *leste dos Açores*, afectando os comboios provenientes de Gibraltar e da Serra Leoa, expondo-se ainda estes últimos ao fogo do inimigo ao terem de atravessar um 3.º hiato, localizado nas proximidades das ilhas Canárias, onde os submarinos alemães se podiam reabastecer.

Durante o Inverno de 41-42 os comboios aliados, a fim de beneficiarem da cobertura por parte das (nossas) bases na Islândia, utilizavam geralmente a rota atlântica setentrional... o que exigia um grande esforço físico por parte da tripulação, tanto dos escoltadores como dos navios mercantes, pelas terríveis condições meteorológicas predominantes durante o Inverno entre a Terra Nova e a área do Noroeste.”

A acção de reconhecimento sobre as condições estratégicas dos Açores fez-se através dos Ingleses. Curiosamente, é nas “Memórias” de Humberto Delgado que encontramos um testemunho conciso desse mecanismo:

“Pelos fins de 1941 fui convocado pelo Ministro Santos Costa, e entregaram-me um documento secreto em inglês no qual o Governo Britânico pedia informações acerca de assuntos diversos, desde a possibilidade de construção de aeródromos nos Açores até pormenorizados estudos acerca de pontes, estradas, serviços médicos, abastecimento de água e electricidade etc. Parti para os Açores no dia 10 de Dezembro de

1941, cumpri rapidamente a minha missão, e regresssei a Lisboa no dia 8 de Janeiro de 42.”¹⁰

Os conselhos de Humberto Delgado parecem ter tido importância para a localização da Base Aérea nas Lajes:

“A R.A.F. sabia muito pouco acerca dos Açores e a minha estadia de reconhecimento provou ser de considerável importância. Graças ao meu conselho acerca da frequente e forte nebulosidade sobre a área, alteraram os seus planos originais quanto à proporção de artilharia anti-aérea, ligeira e pesada, para a defesa dos aeródromos. De igual maneira, a intenção de os ingleses utilizarem hidroaviões foi modificada por completo, em função das informações que lhes dei acerca do estado do mar durante o ano e das margens escarpadas.”¹¹

Esta mudança de planos pode explicar um certo atraso na implementação das facilidades nos Açores para os Aliados, todavia muito longe de ser a causa fundamental.

Um outro factor foi bem mais importante e decisivo: os Aliados não queriam arriscar a quebra de neutralidade da Península Ibérica nem a invasão desta por tropas alemãs. Precisavam primeiro de ganhar a batalha do Norte de África. E, assim, a partir de Novembro de 1942, os Açores são encarados como ponto de articulação entre a América e a Europa.

Desta maneira, a utilização dos Açores pelos Aliados esteve subordinada à resolução das operações militares no Norte de África e à capacidade de resposta germânica na Península Ibérica. Os Açores já não são concebidos como fronteira mas como ponte. A partir daí, a utilização dos Açores pelos Aliados não se deve fazer contra Lisboa. Daí as negociações diplomáticas de 1943.

¹⁰ *Memórias de Humberto Delgado*, ed. Compasso do Tempo, Edições Delfos, 1974, p. 108.

¹¹ Delgado, “*Memórias*”, p. 110.

Dos estudos que efectuei posso concluir que os Aliados só se decidiram pela utilização dos Açores depois de terem a certeza de que os Alemães não tinham possibilidades de invadir a Península Ibérica. Por isso, só após a resolução vitoriosa da campanha do Norte de África se decidem a pedir facilidades nos Açores. Por esta cautela se pode verificar que os Aliados pretendiam, a partir de Novembro de 1942, que os Açores desempenhassem funções estratégicas de articulação entre as margens do Atlântico e não as funções de fronteira entre o continente europeu e o grande oceano que tinham levado à hipótese de invasão unilateral.

Vejamos a minuta redigida pelo capitão-de-mar-e-guerra Charles Lambe, director de planos do Almirantado britânico, e destinada ao Chefe do Estado-Maior Naval (25 de Abril de 1943):

- 1) Creio que a presente situação no que diz respeito às ilhas portuguesas do Atlântico é a seguinte:
 - a) Os Chefes do E.M. adiaram quaisquer decisões até o Chief of Imperial General Staff estar convencido da incapacidade dos Alemães para invadir a Península.
 - b) O C.I.G.S. parece estar agora razoavelmente convencido dessa impossibilidade.
- 2) Nós, no Joint Planning Staff, concluímos de conversas com Sir R. Campbell que as probabilidades de obter a utilização dos Açores de modo nenhum eram desesperadas.
- 3) Se continua a ser intenção dos chefes do E.M. insistir para que essa acção se realize imediatamente a seguir à expulsão dos Alemães da Tunísia, penso que deveriam recomendar ao Gabinete de Guerra que os preparativos estejam completados o mais cedo possível.

A 3 de Maio de 1943, o documento apresenta um novo ponto de situação onde é descrita a importância da posição dos Açores:

"Sem os Açores, mover-nos-emos sempre da parte de fora do círculo, enquanto o IN. opera dentro dele. As nossas forças disporiam até de uma posição central que lhes permitiria cobrir todas as variedades de campanha dos submarinos contra os teatros de operações do Atlântico Norte e do Mediterrâneo".

Só depois de ganha a primeira fase da guerra no Norte de África é que Londres insiste na sua pressão sobre Lisboa para a cedência de "facilidades" nos Açores.

A Nota de R. Campbell entregue a Salazar em 16 6-43 faz várias considerações sobre a evolução da guerra:

"7. Nos últimos meses, contudo, a situação da guerra mudou muito em favor do Reino Unido e seus Aliados e o G.S.M. ... partilha inteiramente a opinião de V.E. de que agora o perigo de uma invasão alemã da Península Ibérica virtualmente desapareceu;

8. Há, todavia, outro factor na situação geral da guerra que está a suscitar a mais séria consideração por parte do G.S.M. A campanha submarina alemã evoluciona a ponto de seriamente impedir o pleno desenvolvimento das N.U. no campo de batalha. O G.S.M. já não receia que esta ameaça obste à vitória final dos Aliados, mas ela é ainda capaz de demorar tal vitória;

9. O Governo de S.M. ... chegou à conclusão de que o USQ de *facilidades* nas ilhas portuguesas do Atlântico, particularmente nos Açores, para o emprego de aviões e de navios de superfície. seria um factor decisivo na rápida derrota da campanha submarina alemã no Atlântico.

10. As facilidades a que o Governo de S.M. se refere especialmente são as seguintes:

- a) Facilidades em S. Miguel e na Terceira para o emprego de aviões de reconhecimento;
- b) Facilidades sem restrições para o reabastecimento de combustível tanto em S. Miguel como no Faial para os navios de escolta.

[...]

14. ... o G.S.M. está pronto não só a garantir a retirada das suas forças dos Açores no fim das hostilidades, mas também a dar garantias quanto à manutenção da soberania portuguesa em todas as colónias portuguesas.

O Governo da União da África do Sul associar-se-ia a estas garantias, e que há razão para esperar que garantias semelhantes serão prestadas por forças dos E.U.”

A co-relação entre as facilidades dadas nos Açores às potências marítimas e a manutenção da soberania portuguesa nas colónias encontrará aliás a sua expressão mais significativa no caso do aeroporto de Sta. Maria, cuja utilização foi negociada com a contrapartida de Timor Leste, então ocupado pelos Japoneses, ser restituído a Portugal. E de facto o regresso de Timor à soberania portuguesa não se deveu a qualquer operação militar, antes resultou dessa negociação diplomática envolvendo a utilização do aeroporto de Sta. Maria por forças americanas.

Curiosamente, o Acordo de Londres no Verão de 1943 é celebrado apenas por uma troca de notas que marca o início das facilidades para 8 de Outubro de 43. No acordo técnico assinado pelo almirante Botelho de Sousa referem-se:

- “a) Facilidades sem restrições para o reabastecimento de navios no porto da Horta, utilização de Ponta Delgada como qualquer beligerante pode usar o porto de um

- neutro, facilidades sem restrições na Base das Lajes para aviação da Comunidade Britânica;
- b) As facilidades de reabastecimento em combustível são extensivas a navios das N.U. que operem em comboios;
 - c) O conjunto da defesa dos Açores é da responsabilidade do governo português;
 - d) O início das facilidades depende do compromisso da Inglaterra em manter todo o auxílio a Portugal caso haja retaliações por causa dessas facilidades;
 - e) Obrigação inglesa de fornecer material de guerra e de protecção a navios mercantes portugueses;
 - f) Cooperação para resolver problemas relacionados com abastecimento resultantes do bloqueio.”

Uma série de documentos do F.O. demonstra que os serviços ingleses não consideram provável um ataque alemão a Portugal depois da concessão de facilidades nos Açores (ver F.O. 371-34712).

Curiosamente, no “Annual Report” de 1944 do Embaixador britânico em Lisboa usa-se o conceito de “*neutralidade continental*” para caracterizar a situação de Portugal. Assim, num ofício do embaixador Campbell de 17 de Dezembro de 1943, este afirma a propósito dos receios manifestados pelas autoridades portuguesas de uma possível represália alemã:

“Sincerely the Portuguese are not in much danger!”

Podemos assim concluir que a utilização das “facilidades” nos Açores esteve subordinada ao avanço das tropas aliadas no Norte de África e à improvável reacção alemã em território da Península Ibérica. Nessa perspectiva, o complexo Norte de África-Península Ibérica aparecia como mais importante do que as melhorias imediatas resultantes das funções estratégicas dos Açores.

Tal devia-se ao próprio curso da guerra, com as funções estratégicas da Península neutralizadas e com a escolha do teatro de operações do Norte de África como o mais favorável à penetração aliada no conti-

nente europeu. Não nos podemos esquecer de que o desembarque na Itália precede a abertura da frente no Norte da Europa.

Deste modo, a coligação marítima parece ter preferido neutralizar as funções estratégicas dos Açores e da Península Ibérica para concentrar forças no teatro de operações do Norte de África. Depois a Península torna-se um teatro excêntrico para ambos os lados, as funções de articulação dos Açores são aproveitadas em pleno e a penetração no continente europeu faz-se através de duas frentes que têm em comum a ultrapassagem dos Pirinéus: é a invasão de Sicília-Itália e depois, o desembarque na Normandia.

A "neutralidade continental" de Portugal arrastara a neutralidade da Espanha através do Pacto Ibérico no período crítico 1941-1942. A resolução vitoriosa da campanha do Norte de África leva a coligação marítima a conceder a utilização de facilidades nos Açores sem arrastar uma invasão da Península pela Alemanha. A abertura de duas frentes para além dos Pirinéus faz da Península Ibérica um teatro secundário. Eis em grande parte explicado o êxito da política de neutralidade de Portugal na II Guerra Mundial e o atraso na utilização dos Açores.

Vintras soma um outro elemento, este de carácter técnico-militar, ao afirmar que a demora na utilização pelos Aliados dos Açores se deve ao facto de só no início do Verão de 1943 se tornarem operacionais aviões de longo raio de acção, novos aparelhos radar e cargas de profundidade mais pesadas que maximalizavam a hipotética utilização dos Açores ¹².

Outras teses afirmam que nessa altura havia entre os Aliados quem desse prioridade aos bombardeamentos sobre a Alemanha e que a batalha do Atlântico seria ganha como consequência da paralisia do esforço de guerra alemão assim conseguida. Mas se lermos John Kenneth Galbraith ¹³ não se chega a conclusões muito positivas sobre os efeitos dos bombardeamentos em alvos estratégicos na Alemanha, que manteve o ritmo da sua indústria militar.

¹² *Ob. cit.*, p. 110.

¹³ *A Life in Our Times*, Boston, 1981, pp. 207-227

De qualquer maneira, encontra-se descrito, em termos gerais a situação no Atlântico, antes e depois da utilização dos Açores pelos Aliados, sobretudo na luta anti-submarina.

Vejamos alguns dados.

Vintras resume a situação na Primavera de 1943:

“Nesse período crítico, em que a sorte da batalha do Atlântico estava ainda indecisa, operavam 11 submarinos na área compreendida entre os Açores e a baía da Biscaia, enquanto outros 25 patrulhavam desde os Açores, passando pelas Canárias, até à costa ocidental de África. Cerca de 27 destes submersíveis, cuja actividade operacional a 400-600 milhas dos Açores contra os nossos comboios foi particularmente bem sucedida entre 21 de Fevereiro e 5 de Março (1943) eram apoiados no mar por duas “vacas leiteiras” — V-460 e V-462 —. Neste mês 108 navios aliados totalizando 627 377 t. foram destruídos, enquanto a aviação inimiga afundava mais 120 barcos num total de 693 000 t. — as perdas mais pesadas desde Novembro do ano anterior.

Estes números provam melhor do que palavras a importância capital que o E.M. Naval atribui à redução definitiva do *gap* (hiato aéreo) dos Açores e à posse de bases nestas ilhas (p. 113).

Em 1942, só no Atlântico Norte, haviam sido afundados navios num total de 5 480 000 t. Já no cômputo global do último quartel de 1943 [tendo só recentemente começado a fazer-se sentir a nossa presença nos Açores], foram afundados 53 submarinos, muitos foram afugentados de áreas de reabastecimento e perderam-se apenas 146 000 t. em navios afundados. (p. 97)”.

A utilidade estratégica dos Açores não carece de maiores demonstrações.

A partir de Outubro de 1943, a situação muda:

As facilidades concedidas incluíam a utilização do aeródromo das Lajes, na Ilha Terceira, o uso, em caso de emergência, do aeródromo de Santana (Rabo de Peixe), na Ilha de S. Miguel, bem como a liberdade de utilização dos portos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. As Lajes possuíam então a maior pista do mundo — 3280 m por 91,3 m —, e muito embora fosse inicialmente de terra batida, os Britânicos e os Americanos cobriram-na mais tarde de malha de aço e asfalto.

Esta concessão permitia o patrulhamento duma parcela do Atlântico, até então desguarnecida, e a partir de uma base localizada em pleno centro da zona, em vez de serem obrigados a reservar a maior parte para a viagem de retorno às bases, como sucedia quando actuavam a partir de Inglaterra ou da Terra Nova (pp. 113-114). A actividade Britânica nos Açores traduziu-se em 3 115 voos, 24 798 horas de voo, 38 submarinos detectados e 19 ataques, sendo o primeiro submarino afundado logo 30 dias após o desembarque ¹⁴.

Porém, embora a negociação diplomática para a cedência da Base das Lajes, tivesse sido feita com Londres será Washington a utilizar decisivamente aquela plataforma estratégica.

Num trabalho de história talvez não seja descabido citar aqui o relatório do então governador do distrito de Angra do Heroísmo sobre a chegada de tropas americanas para estacionar na Ilha Terceira:

“Dia 8 de Janeiro de 1944 — Em nome do Air Vice Marshal, veio ao meu gabinete o Tem. Cor. Charles, comunicar-me que com o consentimento de S. Ex.^a o Senhor Presidente do Conselho na manhã do dia seguinte chegaria de comboio com 532 técnicos americanos e respectivo material que vinham servir sob as ordens do comando inglês para executarem trabalhos de terraplanagem e construção no Campo de Aviação das Lagens. De facto nada sabia êste Govêrno do Distrito nem tampouco nada sabiam o C.M.T. e C.D.M. e êste desconhecimento trouxe inquietação e poderia

ter tido graves consequências que se não verificaram mercê da prudência e bom senso das autoridades locais portuguesas; só à 1.00h do dia seguinte chegaram os telegramas que em termos concretos davam tal autorização.

Dia 9 – Desembarque dos técnicos americanos que o fizeram no Cais do porto de Pipas apenas com o armamento individual que logo após pisarem terra portuguesa o entregaram e seguiram pouco depois para as Lagens completamente desarmados.”¹⁵

Este ano de 1944 iria assistir ainda ao Acordo de 28 de Novembro entre Portugal e os EUA para a construção e utilização de um aeroporto na ilha de Santa Maria. Com o compromisso aceite por Washington de ajudar a restituir à soberania portuguesa o território de Timor-Leste que entretanto se encontrava ocupado pelos japoneses desde Fevereiro de 1942 e que já valera uma análise fina de George Kennan sobre a atitude de Portugal no conflito no seu relatório datado de 4 de Fevereiro de 1943 e intitulado “*Portugal at the outset of 1943*”:

“The British occupation of Timor was clumsily executed... the Portuguese waxed strident and dramatic with indignation. The Japanese occupation of Timor... was savage, insolent and transparently predatory in execution. The Portuguese were almost apologetically meek. Why was this?

[...]

in this process of thought and action which dictated greater politeness to the greater danger, there was something characteristic of Portugal's entire attitude in the Western theatre of war as well. There, as in the case of Timor, the background of Portuguese policies must be sought consistently in the ultimate economic and strategic realities of Portugal's position”.

¹⁴ Delgado, p. 114

CONCLUSÃO

A grande diferença entre a I e a II Guerra, para além das mudanças decorrentes da passagem do poder naval para o poder aéreo, foi o facto de os EUA, de acordo com as autoridades portuguesas, terem estabelecido uma base permanente na ilha Terceira e a presença das forças norte-americanas nos Açores ter sido avultada durante longo tempo. Durante a II Guerra Mundial, os Açores são mesmo encarados como “teatro de refúgio” para os órgãos de soberania em caso de ataque à Península e o principal esforço militar português concentra-se na defesa das ilhas. Em síntese houve uma divisão das ilhas dos Açores por zonas de influência, a Terceira mais britânica, Santa Maria mais americana e S. Miguel neutralizada militarmente.

A documentação diplomática de outros países revela-nos situações muito significativas do tipo de comportamento das autoridades portuguesas da altura. Assim, o F.O. assinala que, ainda em Fevereiro de 1945, as autoridades portuguesas não querem dar público conhecimento do estacionamento de forças americanas nos Açores, preferindo a ficção diplomática de um acordo apenas com Londres. Mas no respeitante ao aeroporto de Santa Maria e na sua passagem a aeroporto internacional é o F.O. que é apanhado de surpresa...

Um outro ponto original a realçar diz respeito ao facto das facilidades dadas a ingleses e americanos durante a II Guerra Mundial nunca terem sido entendidas como facilidades aos Aliados no seu conjunto. Assim, o F.O. informa que, em Maio de 1945, foi proibida a distribuição de folhetos de propaganda aliada. A razão invocada pelo governador do Distrito de Angra foi que nessa propaganda aparecia, entre outras, a bandeira da União Soviética.

Também a URSS nunca mencionou, no esforço de guerra aliado, as facilidades dadas pelos portugueses no arquipélago dos Açores, o que

¹⁵ Relatório do Governador do Distrito António Francisco Sales de Guimarães Pestana da Silva, datado de 31 de Março de 1944

levou um funcionário do F.O. a comentar na capa do *dossier* sobre as relações Portugal-URSS em 1945,

“the antipathy is mutual but of little consequences!”

(A antipatia é mútua mas as consequências são poucas!)

As facilidades nos Açores durante a II Guerra Mundial tiveram assim, características que se mantiveram depois da guerra: auxílio às potências marítimas contra os “perturbadores continentais”.

O relatório anual elaborado pelo embaixador inglês em Lisboa, correspondente ao ano de 1945, fala-nos do esforço americano de estabelecimento nas Lajes de uma *base aérea permanente*.

E o relatório anual de 1948 informa-nos que em Fevereiro de 1948 ainda estão 550 americanos na Terceira quando se estabelece o acordo.

O ministro português Caeiro da Mata introduz um parágrafo no acordo EUA-Portugal para se entender as facilidades assim concedidas aos Britânicos, mas estes não se mostram interessados na sua utilização.

Ou na própria análise das autoridades norte-americanas:

“The long-standing predominant British interest in Portugal has been a controlling factor in most of our relations with the latter country, but we should more and more seek to develop an independent relationship based on our new position in world affairs”¹⁶

Pois serão essas relações independentes, ou seja, bilaterais entre os EUA e Portugal que se irão desenvolver depois do final da Segunda Guerra Mundial.

A principal dimensão desse entendimento bilateral era estratégico-militar: desde antes do final da Segunda Guerra Mundial que a Junta de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas norte-americanas preparava um sistema de bases permanentes para o período posterior.

Os Açores estarão na primeira linha dessas considerações.

Em 19 de Outubro de 1945 o almirante King define os critérios para o que se deve considerar por Bases Principais (Primary Base Area):

“That the area from the foundation of the system; that it be under U.S. sovereignty or exclusively under U.S. strategic control; that it be adequately defend or capable of immediate defense; and that it be physically adequate to the mounting and support of a sizable task force, either land, sea, or air, or a combination there of.”

Em 23 de Outubro de 1945 a Junta de Chefes de Estado Maior aprova a seguinte definição das quatro categorias de bases tendo em as sugestões do general Marshall:

- “a. **Primary Base Areas:** strategically located, comprising the foundation of a base system essential to the security of the United States, its possessions.
- b. **Secondary Base Areas:** essential for the protection of and/or for access to primary bases, and for the projection of military operations;
- c. **Subsidiary Base Areas:** required for increasing the flexibility of the system of primary and secondary bases.
- d. **Minor Base Areas:** sites at which transit privileges and varying military rights are required, if not already obtained, in order to insure availability as required further to increase flexibility of the system.

The Azores remained as a Primary Base Area”.

E nesse mesmo momento a Junta concluía que “the best time for securing that necessary base rights was now”.¹⁷

¹⁶ Foreign Policy of the U.S., State-War-Navy Coordinating Committee, datado de 1 de Dezembro de 1945, p. 76.

¹⁷ Ver para todas as citações Schanabel, James, *The history of the Joint Chiefs of Staff*, Vol. I, National Archives, Washington, Fevereiro de 1979.

Então a J.C.S. vai requerer ao Departamento de Estado que tente obter direitos para uso de 9 bases essenciais, entre as quais os Açores, a Gronelândia e a Islândia. E assim se dá a aproximação bilateral entre Portugal e os EUA.

Para não entrar numa enumeração muito detalhada de todo este processo de avaliação estratégica por parte dos responsáveis militares norte-americanos sublinhe-se que, após conjugar vários critérios e eliminar várias bases, ou alterar a sua ordem de importância, sempre os Açores permaneceram no cimo das áreas prioritárias para a segurança directa dos Estados Unidos no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, juntamente com a Islândia e Açores e estabelece o seu uso para diferentes missões: como bases para serem negadas ao inimigo e como bases para escala de transportes aéreos e aviões de combate ¹⁸.

Os peritos norte-americanos da Força Aérea não atribuíam aos Açores uma importância fundamental para certas categorias de missões: como as de lançamento de uma ofensiva e a de defesa directa dos Estados Unidos, mas consideravam vital que os Açores não caíssem em mãos inimigas já que:

“once established in the Azores, an enemy would hold a position directly astride our lines of communication to our most probable war area”.

Quanto às funções de escala para os transportes aéreos e para os aviões de combate a valorização dos Açores é então extrema:

“The most vital single spot in the world in this respect, exclusive of the war zone and the U.S. proper. These islands are the key to our primary air line of communication”.

São os militares norte-americanos que pressionam o State Department a negociar directa e bilateralmente com Portugal a conces-

¹⁸ “Base Rights in Greenland, Iceland and Azores” a Report to the President by the National Security Council, 1947, N.A. Military Branch, Washington.

são de facilidades nos Açores. Eles próprios fazem o resumo das conversações:

Dentro dos compromissos derivados do Acordo entre os EUA e Portugal a 28 de Setembro de 1944, o aeroporto de Santa Maria regressou ao controlo português a 2 de Junho de 1946. No entanto, um "*modus vivendi*" é estabelecido a 30 de Maio de 1946 para a continuação de facilidades no aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira, até à data de 2 de Dezembro de 1947. Em 3 de Julho de 1947 principiaram as conversações oficiais entre as autoridades diplomáticas portuguesas e norte-americanas para um acordo sobre o uso da Base das Lajes. Em Agosto 1947, Salazar dá ao embaixador norte-americano garantias categóricas sobre a disposição favorável do governo português em celebrar um novo acordo com os Estados Unidos ¹⁹.

A troca da ilha de Sta. Maria pelas Lajes na ilha Terceira depois da II Guerra é um tema interessante mas não se encontra muito estudado.

Novo acordo vem a ser assinado em 5 de Janeiro de 1951, intitulado "Acordo de auxílio mútuo para a defesa entre Portugal e os Estados Unidos" que diz directamente respeito ao uso da Base das Lajes pelos norte-americanos após a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (O.T.A.N.) e que prolongava até 1956 as facilidades concedidas nos Açores.

São episódios suficientemente conhecidos e por isso dispense-me de entrar em mais pormenores. Mas é de realçar este uso subtil do plano bi-lateral e do plano multilateral na negociação norte-americana.

A instalação de uma base aérea permanente com estacionamento do pessoal foi pois a grande consequência de utilização dos Açores pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial.

O plano bi-lateral das relações luso-americanas foi em todo o período analisado intermitentemente preferido ora por Portugal ora pelos EUA. Mas a coincidência foi rápida e efémera. A procura da aliança bi-lateral mantém-se.

¹⁹ Acordo Bilateral de 2 de Fevereiro de 1948.

FONTES ARQUIVISTAS

Colecção Oficial de Legislação Portuguesa - Anos de 1870 e de 1898

Dez Anos de Política Externa, vols. 1 a 13

Washington, Government Printing Office *Foreign Relatives of the United States 1911*, 1918

Ministere des Affaires Étrangères, Paris, Série Europe,

Ministério dos Negócios Estrangeiros (A.M.N.E.), Lisboa, *Açores-Base Naval Americana*.

3ºP - A 8 - M.40, Washington, National Archives (N.A.):

Military Branch, *Antisubmarine measures in the Azores, Office of Naval Intelligence, August 1917*

Military Branch, *Foreign Policy of the United States, Memorandum from the Assistant Secretary of State to the state-War-Navy Coordinating Committee, datado de 1 de Dezembro de 1945*

Military Branch, "Base Rights in Greenland, Iceland and the Azores", a report to the President, by the National Security Council, 1947

Public Record Office (P.R.O.), Kew Garden, Londres

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Luís Vieira de, *Os Açores, a II Guerra Mundial e a NATO*. Ponta Delgada, Impraçor S.A., 1992.

ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar – O leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.

Dez anos de Política Externa (1936-1947). A Nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, vol.13, I.N.C.M., 1961-1988.

Foreign Relations of the United States 1917. Washington, Government Printing Office, 1918.

FERREIRA, José Medeiros, "Reflexões sobre a importância estratégica das ilhas atlânticas: sua permanência e evolução estratégica", in *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1981, pp. 117-131.

— "Revisão Histórica da Participação de Portugal na I Guerra Mundial - A Dimensão Ibérico-Insular", Angra do Heroísmo. *Boletim do Instituto Histórico da Terceira*, vol. XLIII, tomo II, 1985, pp. 6-8.

— "Os Açores nas Duas Guerras Mundiais" in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, 1987, pp. 73-90.

— *A Posição de Portugal no Mundo-Portugal, os Próximos Vinte Anos*. Lisboa, F. Gulbenkian, 1988.

— in *Diário de Notícias*, 10 de Maio de 1980.

- FERREIRA, José Medeiros**, "A política Externa Portuguesa de 1890 até aos nossos dias". Conferência apresentada no I Curso de verão de História Contemporânea de Portugal, Instituto de História Contemporânea, F.C.S.H., 1991 e publicada na revista *Política Internacional*, n.º 6 - Lisboa, 1993, pp. 113-136.
- "As perspectivas de Mudança no Sistema Internacional e na Europa" in revista *Política Internacional* n.º 5, Lisboa, 1992.
- *Portugal na Conferencia de Paz - Paris 1919*, Lisboa, Quetzal editores, 1992.
- "As Relações Luso-Americanas no Séc. XIX: a descoberta do plano bilateral", in revista *Ler História* n.º 25, Lisboa, 1994, pp. 71-87.
- "Neutralidade" in *Dicionário dos Estado-Novo*, coord. F. Rosas e Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores/Bertrand, 1996.
- MACEDO, Ernesto Ferreira de**, *Subsídios para o Estudo do Espaço Militar Português na Década de 50 — Os compromissos com a OTAN*, 2 vol., Lisboa, Estado-maior do Exército, 1988.
- MAGALHÃES, José Calvet de**, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1991
- "Portugal e os Estados Unidos - Relações no Domínio da Defesa" in *Estratégia - Revista de Estudos Internacionais*, n.º 3, Lisboa, I.E.E.I. 1987
- MATTA, José Caeiro da**, *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, 1951
- ROLLO, Fernanda**, *Portugal e o Plano Marshall - Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, F.C.S.H., 1992, Ed. Estampa, 1994.
- SARMENTO, J. Morais**, *A Defesa das Costas de Portugal e a Aliança Luso-Inglesa*, Lisboa, 1903.
- SCHANABEL, James F.**, *The History of the Joint Chiefs of Staffs*, Vol.I, 1945-1947, Washington, ed. Historical division, Joint Chiefs of Staff, Fevereiro, 1979.
- TELO, António José**, *Os Açores e o Controlo Atlântico*. Lisboa, Ed. Asa, 1993.
- WARNER, Robin**, «Jurisdictional issues for navies involved in enforcing multilateral regimes beyond national jurisdiction», in *Oceans Governance and Maritime Strategy*, David Wilson and Richard Sherwood, St Leonards NSW 1590, Australia, 2000, pp. 180-198.

ÍNDICE

I - Introdução.....	3
II - Da Guerra Marítima ao Poder Aéreo.....	6
III - A II Guerra Mundial: O Atlântico Serve a Europa	13
Conclusão.....	25
Fontes Arquivistas.....	30
Bibliografia	30